

Defensoria Pública de Minas se aproxima de 500 acordos de indenização em favor dos atingidos em Brumadinho

Dois anos após o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, mais de 800 pessoas ou núcleos familiares foram indenizados extrajudicialmente



464

Acordos fechados

458

Acordos homologados

133

Em andamento

R\$193,9Mi

Em indenizações pagas

828

Números de beneficiários

322

Atendimentos psicológicos

11.810

Atendimentos gerais



A Defensoria Pública de Minas se aproxima de atingir a marca de 500 acordos para indenizações extrajudiciais pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Até o momento, foram quase R\$ 200 milhões depositados em favor de aproximadamente mil pessoas, individualmente ou por núcleo familiar. A tragédia completou dois anos na segunda-feira (25/1).

Desde abril de 2019, quando foi firmado o Termo de Compromisso (TC) com a empresa Vale, até o último dia 18 de janeiro de 2021, foram fechados 464 acordos, beneficiando 828 pessoas ou núcleos familiares e perfazendo um total de R\$ 193.976.077,38 em indenizações pagas.

Dos 464 acordos fechados, 458 foram homologados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Os outros seis estão em fase de tramitação na Corte. Há ainda outros 133 acordos em andamento. Desde a vigência do TC, apenas 8 propostas foram recusadas pelos atingidos – que têm o protagonismo na tomada de decisão – o equivalente a menos de 2% do total acordado.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

DPMG lança edição especial da Revista sobre Brumadinho

Artigos inéditos analisam desdobramentos jurídicos, econômicos e sociais advindos do rompimento da barragem da Mina do Feijão, que completou dois anos no dia 25 de janeiro

[PÁGINA 2](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais tem novo Sistema de Gerenciamento Institucional, o GERAIS

[PÁGINA 5](#)

Centro de Conciliação e Mediação da Defensoria de Minas em Passos inicia atendimento

[PÁGINA 7](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO:

> Mundo Oficial [PÁGINAS 3 e 4](#)

> Ações em destaque | Na mídia [PÁGINAS 5 a 8](#)

DPMG obtém êxito em ação de danos morais e boate deve indenizar jovem por uso indevido de imagem

[PÁGINA 8](#)

> Escola Superior
Janeiro Branco: Esdep promove webinar “Depressão e Saúde Mental” [PÁGINA 8 e 9](#)

> Procedimentos e Comunicados internos [PÁGINA 10 e 11](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA:

DPMG se aproxima de 500 acordos de indenização em favor dos atingidos em Brumadinho

Já nas primeiras horas da tragédia, em 25 de janeiro de 2019, a Defensoria de Minas se fazia presente em Brumadinho, tendo deslocado inicialmente sua unidade itinerante para o atendimento inicial à população, acolhendo, tirando dúvidas, encaminhando as demandas urgentes que o momento exigia. Desde então, foram 11.810 atendimentos.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, destaca a atuação da DPMG no atendimento aos atingidos e também a importância e o ineditismo do Termo de Compromisso firmado para assegurar direitos desde já e permitir a retomada da vida pelos atingidos. “Nosso trabalho desenvolvido em Brumadinho tem a marca do espírito da Instituição: colocar efetivamente o cidadão no primeiro lugar da fila, sendo o primeiro a receber a garantia de seus direitos”, afirmou o DPG.

O Termo de Compromisso foi construído de forma a resguardar todos os direitos dos atingidos, inclusive aqueles ainda desconhecidos, que forem verificados no futuro. “Trouxemos o acesso à reparação integral, mas com parâmetros que garantissem que um processo

coletivo posterior possa beneficiar essas pessoas, trazendo segurança para os atingidos”, completa.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

Reportagem especial dos 2 anos da tragédia destaca atuação da DPMG

O defensor público Felipe Soledade faz balanço das ações da Defensoria de Minas e fala sobre os acordos de indenização extrajudicial em favor das vítimas

[TV Justiça, 26/1/2021](#)

Defensor público fala sobre atuação da DPMG em favor dos atingidos pelo desastre de Brumadinho

[Globo Minas](#)

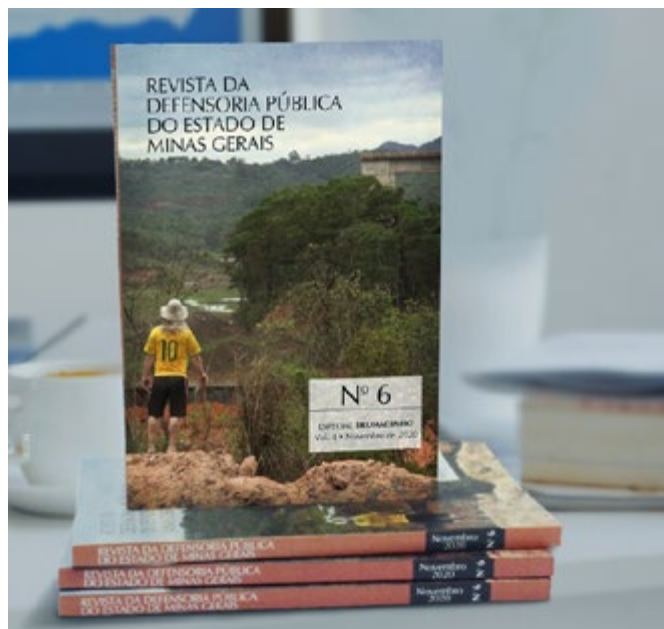
Defensoria de Minas se aproxima de 500 acordos sobre desastre em Brumadinho

[Agência CNJ Notícias](#)

Defensoria de Minas lança edição especial da Revista

A sexta edição da **Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais** trata, exclusivamente, do rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, que completou dois anos no dia 25/1

São 13 artigos inéditos que analisam certos desdobramentos jurídicos, econômicos e sociais advindos do rompimento, a partir da perspectiva privilegiada de profissionais, em sua maioria envolvidos diretamente com as pessoas afetadas pela tragédia.



Conforme explica o editor-chefe da revista, defensor público Cirilo Augusto Vargas, o trabalho tem como foco, não exclusivo, o Termo de Compromisso firmado entre a DPMG e a Vale, destinado a garantir às pessoas afetadas reparação patrimonial e moral justa dos danos causados. Opção salutar à via quase intransponível do processo civil, fadado à eternização.

Os textos, apesar de técnicos, são de fácil assimilação pelo público leigo. Logo, as importantes reflexões levantadas aproveitam não apenas aos profissionais do Direito, fazendo valer uma máxima “Defensorial”: só o debate plural e inclusivo propicia o crescimento.

“Em 25 de janeiro de 2021 completam-se dois anos do rompimento da barragem de mineração da Vale S.A. em Brumadinho, desastre humano e social sem paralelos. Até hoje mais de uma dezena de pessoas continuam desaparecidas, sob o cenário trágico criado pela gigantesca onda de lama. O que a sociedade brasileira aprendeu com lição tão amarga? Evoluímos sob algum aspecto?”, aborda o editor.

A sexta edição da Revista encontra-se disponível em PDF para *download*.

[Clique aqui para baixar](#)

Defensoria de Minas participa de homenagem às vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho

O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na cerimônia de homenagem às vítimas do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho. O ato aconteceu na segunda-feira (25/1), marcando os dois anos da tragédia, que fez 272 vítimas.

Presente na solenidade, que contou com uma chuva de pétalas e cruzes simbólicas representando as joias – como os familiares se referem aos entes perdidos –, o governador do Estado, Romeu Zema, reafirmou o esforço do Governo do Estado para resgatar todas as vítimas da tragédia.

A operação de busca e salvamento em Brumadinho é a maior já realizada no Brasil e na América Latina. Os militares do Corpo de Bombeiros de Minas continuam a operação de busca das 11 vítimas que ainda não foram localizadas.

Além de familiares das vítimas e atingidos, também participaram da solenidade a chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; os defensores públicos de Minas Gerais, Carolina Morishita, Felipe Soledade e Angélica Sales Rocha; o deputado estadual Noraldino Junior, representando a Assembleia Legislativa; secretários de Estado, representantes de Poderes, das Forças de Segurança Pública de Minas, instituições e entidades públicas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



A cerimônia prestou homenagem às vítimas da tragédia com a presença do governador Romeu Zema, familiares e autoridades

A chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e os defensores públicos Felipe Soledade, Angélica Rocha e Carolina Morishita também estiveram presentes nas homenagens às vítimas e familiares



MUNDO OFICIAL

Defensor público-geral recebe vereadores e atingidos de Brumadinho

Foto: Claudinei Souza



Na quarta-feira (27/1), o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, recebeu representantes do Poder Legislativo de Brumadinho e dos atingidos pelo rompimento da barragem da Córrego do Feijão.

Durante o encontro, que aconteceu no Gabinete da Defensoria Pública-Geral, os representantes apresentaram pleitos da comunidade para subsidiar ações da DPMG.

Também participaram da reunião a chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e a defensora pública Carolina Morishita.

Ao lado, defensores públicos recebem os vereadores Guilherme Moraes e Vanilson Porfírio, assessores e representantes dos atingidos

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral faz visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, fez no dia 18 de janeiro uma visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, desembargador Fernando Armando Ribeiro.

O encontro aconteceu na sede do TJMMG, em Belo Horizonte, e foram tratados assuntos institucionais. Também estiveram presentes o defensor público Fernando Camargos Araújo, coordenador da área Criminal da DPMG na Capital, e o corregedor da Justiça Militar, desembargador Rúbio Paulino Coelho.

DPMG recebe exemplares de livro sobre direitos políticos do encarcerado

Na quinta-feira (21/1), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu exemplares do livro “Preso Cidadão: Os Direitos Políticos do Cidadão”, oferecidos pelo autor da obra, professor de Direito Fábio Rocha de Oliveira. Os exemplares estarão disponíveis na biblioteca da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) para consulta.

No encontro, o defensor-geral parabenizou Fábio Rocha pela obra, ressaltando sua relevância na busca de justiça social, “bem como para a construção de um Direito mais democrático e civilizatório, engrandecendo nosso trabalho de buscar a dignidade e os direitos dos encarcerados”, completou Gério Soares.

Direitos políticos dos encarcerados – A obra, prefaciada pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, trata do direito de voto de pessoas em



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares e o autor da obra, Fábio Oliveira
Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG

cumprimento de pena, com condenação transitada em julgado. Por meio da análise de textos legais, constitucionais, documentos históricos e também no Direito Comparado, o autor examinou com profundidade a validade desta restrição no Brasil.

Defensoria de Minas presta homenagem de agradecimento ao tenente coronel Antoniezio e dá boas vindas ao novo Assessor Militar

Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG



Ten. cel. Antoniezio, DPG Gério Soares, cel. Luiz Reis e o ten. cel. William Machado (à direita), novo Assessor Militar da DPMG

O tenente coronel PM William de Oliveira Machado assumiu o cargo de Assessor Militar, da Defensoria Pública de Minas Gerais, em substituição ao tenente coronel Antoniezio Alves de Sousa. A transmissão do cargo aconteceu na segunda-feira (25/1), no Gabinete da Defensoria-Geral.

Estiveram presentes o diretor da Assessoria de Relações Institucionais da PMMG, coronel Luiz Reis, o soldado Nascimento, assessores e servidores da DPMG. Também participaram os militares da reserva, sargentos Braga e Silva, que atuaram na Assessoria Militar durante a gestão do cel. Antoniezio.

[Leia a matéria na íntegra](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG tem novo Sistema de Gerenciamento Institucional: **GERAIS**

Iniciativa é mais um passo da Defensoria Pública de Minas Gerais na era digital

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) finalizou o novo Sistema de Gerenciamento Institucional "GERAIS", da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que substituirá o SIGED – Sistema de Gestão da Defensoria Pública. Com a implantação do GERAIS, o portal Casa (SIGED) saiu do ar e, em seu lugar, um novo ambiente integra todas as suas funcionalidades, de forma organizada e dinâmica.

Além das ferramentas já utilizadas na DPMG, o GERAIS traz novidades, como sistema de segurança, despesa pessoal, sistema de gestão de produtividade e gestão de arquivos, entre outras, já com as adaptações necessárias para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Os benefícios são muitos. O sistema de segurança, por exemplo, é maior e proporciona cumprimento das obrigações de privacidade e de proteção de dados pessoais as assistidas e assistidos, usuárias e usuários. O sistema garante a segurança nas duas pontas – no armazenamento dos dados, inclusive com recursos de criptografia, e no acesso aos dados, que só pode ser feito através de chaves de segurança específicas, permitindo



o acesso de defensoras e defensores públicos e servidoras e servidores, não apenas por meio de senha, mas também por biometria e token pessoal. O sistema de segurança foi totalmente desenvolvido pela equipe da STI, o que resultou em um custo, no mínimo, quatro vezes inferior do que se fosse contratado externamente.

Em breve, o GERAIS permitirá ainda a integração dos novos módulos do Atendimento Presencial e Peticionamento Eletrônico, que já estão em desenvolvimento. Também a nova versão 2.0 do Fala Defensoria na web será acessada pelo novo sistema.

O GERAIS será integrado ainda às plataformas disponíveis no APP DPMG.

Acesse: gerais.defensoria.mg.def.br.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Coordenadoria de Projetos e Convênios da Defensoria Pública de Minas apresenta balanço das atividades realizadas em 2020

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Projetos e Convênios (CooProC), divulgou o relatório de atividades realizadas em 2020. As ações têm como objetivo promover a atuação extrajudicial e aumentar a eficiência, eficácia e efetividade do acesso dos cidadãos à Justiça.

A divulgação traz dados relativos aos projetos, atendimentos itinerantes, parcerias firmadas, convênios federais e de saída, convênios de estágio, além da importância da contratação pela DPMG de um laboratório para realização de exames de DNA, de forma extrajudicial.

De acordo com a coordenadora da CooProC, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, com a suspensão de algumas atividades, em razão das medidas sanitárias de prevenção ao contágio de Covid-19, a DPMG focou na atuação extrajudicial, dando continuidade aos projetos que poderiam ser executados de forma virtual.

A defensora pública destaca projetos como “Defen-

soria Pública nas Escolas do Ensino Médio”, que levou educação em direitos aos alunos de escolas públicas e privadas, por meio de palestras virtuais. Também, importantes termos de cooperação técnica firmados com municípios, secretarias de Estado e instituições privadas, com destaque para a parceria firmada com a Defensoria Pública de São Paulo, que possibilitou o compartilhamento dos instrumentos de gestão de documentos daquela instituição, o acesso ao sistema SIGPRI para a área Criminal e a parceira com a Cohab, da área Cível; a disponibilização permanente de exames de DNA para investigação de paternidade, para atender a maioria das demandas recebidas pela Instituição para que sejam solucionadas, preferencialmente, pela via extrajudicial; além de ações de alcance social, como a 8ª edição estadual do Mutirão Direito a Ter Pai, realizada de forma remota, por meio de sessões virtuais, em 33 unidades da Instituição.

[Veja aqui o Relatório 2020 da CooProC](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

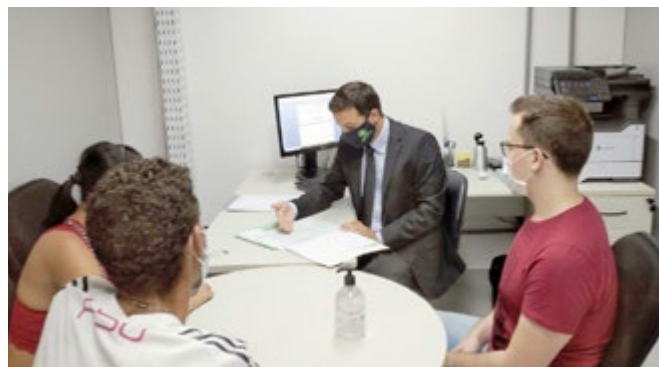
Centro de Conciliação e Mediação da DPMG em Passos inicia atendimento

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) iniciou, no dia 22 de janeiro, as atividades do Centro de Conciliação e Mediação da unidade da Instituição em Passos.

Inicialmente, estão sendo realizadas as sessões de conciliação do “Mutirão Direito a Ter Pai 2020”, quando são abertos os exames de DNA e feitos os reconhecimentos de paternidade. Este é o 12º Centro de Conciliação e Mediação implantado pela DPMG.

De acordo com o defensor público Thiago Alves Figueiredo, coordenador local da unidade da DPMG em Passos, embora neste primeiro momento as sessões sejam relativas ao mutirão de paternidade promovido pela Defensoria Pública no ano passado, o Centro vai atender demandas relativas à área de Família.

“Além das sessões de conciliações familiares, que atenderão casos relativos à pensão, divórcio, guarda, re-



As sessões de conciliação serão realizadas, inicialmente, durante três ou quatro dias da semana, dependendo da demanda, e vão acontecer nas duas salas do Centro de Conciliação da Defensoria em Passos

gulamentação de visitas e outros, a Defensoria pretende expandir para outras áreas e situações, como conflitos de vizinhança, relações locatícias, superendividamento, entre outras”, explica Thiago Alves Figueiredo.

Justiça prorroga auxílio financeiro e veda corte unilateral por parte da Fundação Renova para atingidos pelo desastre de Mariana

Em decisão proferida no dia 18 de janeiro de 2020, o juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte acolheu recurso oposto pelas Defensorias Públicas de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União e do Ministério Público Federal para prorrogar o valor corrigido em janeiro do auxílio financeiro emergencial (AFE) para os atingidos pelo rompimento.

A partir da decisão, o Juízo esclareceu pontos importantes suscitados pelas instituições de justiça para balizar a atuação da Fundação Renova na concessão do auxílio financeiro. A decisão alcança pescadores e agricultores. Os de subsistência são aqueles que produzem alimentos apenas para consumo próprio. Já os artesanais recorrem a métodos tradicionais das comunidades, com o uso de sementes nativas, pá, enxada, varas de pescar, canoas simples, entre outros.

As instituições de Justiça estão diligenciando para ter informações acerca de possíveis cortes indevidos de AFE diante de relatos feitos por atingidos nos últimos dias. É fundamental que haja transparência de qualquer medida que venha a impactar diretamente a vida das famílias que há cinco anos sofrem impactos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana.

Retrospectiva – Em agosto de 2020, as instituições do Sistema de Justiça opuseram Embargos de Declaração, buscando a adequação dos termos da sentença à realidade dos pescadores e agricultores atingidos pelo desastre do Rio Doce, bem como para esclarecer o alcance da decisão e o regime de transição definido a ser iniciado no início de 2021.

Em dezembro de 2020, diante do não julgamento do recurso, as instituições, incluindo o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, impetraram Mandado de Segurança, solicitando o julgamento do recurso ao TRF. Em decisão proferida durante o recesso, foi determinado prazo para que o juízo de primeiro grau decidisse o recurso.

[Leia aqui a matéria na íntegra](#)



Justiça prorroga pagamento de indenizações em Mariana para até o fim de 2021

[Jornal O Tempo](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas pede inclusão de pessoas com deficiência no grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) emitiu ofício à Secretaria de Estado de Saúde (SES) solicitando informações e providências para que pessoas com deficiência, independentemente da faixa etária, sejam incluídas no grupo prioritário na campanha de imunização contra a Covid-19, assim como ocorre com os idosos.

O documento é assinado pelos defensores públicos Estevão Carvalho e Fernanda Milagres, da Defen-

soria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, da DPMG, e sugere a adoção da medida para todo o estado. O ofício ressalta que as pessoas com deficiência compõem cerca de 20% da população de Minas Gerais e têm acentuada vulnerabilidade, tanto do ponto de vista médico como de acessibilidade às políticas públicas.

[Clique aqui para ver o ofício.](#)

Defensorias de 21 estados e do DF pleiteiam participar como *amicus curiae* em ação pela liberação da vacina Sputnik

Petição para atuar como amicus curiae na ADI nº 6661/DF, que busca viabilizar a vacina no Brasil, foi protocolizada no domingo (24/1)

As Defensorias Públicas de Minas Gerais, de outros 20 estados e do Distrito Federal deram entrada em petição para admissão como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Governo da Bahia a fim de viabilizar a vacina Sputnik V para imunização da população.

O requerimento, fruto da mobilização da Defensoria Pública da Bahia, estado que inicialmente pleiteou a compra da Sputnik V, foi formalizado no domingo (24/1) pelo Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets) e pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), traz uma série de pesquisas que comprovam que a população com menos recursos financeiros e com menos instrução é a mais afetada pela pandemia.

[Para ver a íntegra da petição clique AQUI](#)

A ADI nº 6661/DF busca promover a liberação da importação e distribuição da vacina Sputnik V, com o objetivo de imunizar o maior número de pessoas na menor quantidade de tempo possível, o que permitirá que as pessoas mais atingidas pela grave crise sanitária – a população mais carente, indígena e público alvo da DPE – retome as suas atividades normais e possam sobreviver.

A petição é assinada pelos defensores públicos com atuação nos tribunais federais de 22 estados – Minas Gerais, Bahia, Amapá, Amazona, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Fonte: Ascom, com informações da DPBA

Corregedoria-Geral da DPMG fará correições ordinárias na Defensoria Militar e na Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência em março

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais informa que irá instalar e realizar correição ordinária nas 1ª, 2ª e 3ª Defensorias de Auditoria Militar, a partir das 9 horas do dia 2 de março de 2021.

Informa também a correição ordinária na Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, a partir das 9 horas do dia 4 de março de 2021.

As sessões serão abertas à participação dos defen-

sores públicos, magistrados, promotores de Justiça, serventuários, demais autoridades, assistidos e interessados em geral. Na oportunidade, serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição.

[Clique aqui para ver o edital na Defensoria Militar.](#)

[Veja aqui o edital da correição ordinária na Especializada.](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG obtém êxito em ação de danos morais e boate deve indenizar jovem por uso indevido de imagem

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), uma estudante será indenizada pela boate Kaza, em Conselheiro Lafaiete, por ter tido sua imagem veiculada, sem sua autorização, em mídias sociais do estabelecimento.

A casa noturna foi condenada a pagar R\$ 10 mil para a estudante e também obrigada a retirar as fotografias das publicações. A indenização por danos morais foi concedida pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em primeira instância, a ação havia sido julgada improcedente pela 3ª Vara Cível da comarca de Barbacena.

Representada pela DPMG, por intermédio do defensor público Sidnei Henrique da Silva, a estudante ajuizou a ação em janeiro de 2016, alegando que a aparência física dela foi usada, sem permissão, para atrair clientes, a partir de uma fotografia feita em 1º de dezembro de 2015, quando esteve em uma festa na Kasa. Poucos dias

depois do evento, ela foi marcada por uma amiga em uma postagem e veio a descobrir que seu rosto estampava material promocional da boate. Segundo a defesa, a empresa deveria indenizar a jovem porque teve lucros diretos para si em detrimento do direito dela.

[Leia a notícia na íntegra](#)

NA MÍDIA

Boate é condenada a indenizar jovem por uso indevido de imagem em ação movida pela Defensoria

[Jornal Estado de Minas](#)

Boate deve indenizar por uso indevido de imagem

[Jornal da Ordem](#)



ESCOLA SUPERIOR

ESDEP's de Minas e Maranhão realizam webinar sobre 'Comunicação Não Violenta'

Está disponível no canal do Youtube da Defensoria Pública de Minas Gerais (c/defensoriamineira) o webinar "Comunicação Não Violenta", promovido pelas Escolas Superiores da DPMG e da Defensoria Pública do Maranhão. O encontro aconteceu no dia 21/1 e teve como mediadora a defensora pública de Minas Gerais, Francis Coutinho, e apresentação da defensora pública do Maranhão, Cristiane Marques. Também participou do diálogo, como convidado, o defensor público do Maranhão, Davi Rafael.

O webinar teve como objetivo debater o tema como uma ferramenta utilizada para diálogos despo-

mizados, em um ambiente de construção de uma cultura de paz e postura colaborativa, auxiliando no atendimento de cidadãos e grupos vulnerabilizados.

[Acesse aqui o webinar no nosso canal.](#)

PUBLICAÇÕES

Artigo científico ressalta efetividade do MESC na redução da violência escolar

O programa MESC, da DPMG, coordenado pela defensora pública Francis Coutinho, que busca a pacificação no ambiente comunitário, foi citado na última edição da *Revista Educação & Cultura Contemporânea*, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá. No artigo "Indicadores para análise de programas de prevenção de violência escolar: o que professores e alunos têm a dizer", a professora doutora Joyce Mary Adam analisa resultados de sua pesquisa sobre quais elementos professores e alunos de escolas estaduais de Minas Gerais e São Paulo propõem como indicadores significativos para avaliar a efetividade de propostas governamentais de prevenção à violência escolar.



ESCOLA SUPERIOR

Esdep promove webinar “Depressão e Saúde Mental”

Iniciativa integrou a participação da Instituição na campanha Janeiro Branco, que chama a atenção para a importância dos cuidados com a saúde mental, afetada em todo o mundo pela pandemia do novo coronavírus.



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio de sua Escola Superior (Esdep MG), promoveu, no dia 28/1, o webinar “Depressão e Saúde Mental”, com a participação do defensor público Bruno Barcala, coordenador da Defensoria Especializada de Saúde; da assistente social da DPMG e especialista em saúde mental, Andréa Matias; e do psiquiatra Hélio Lauer.

O webinar está disponível no canal do YouTube da Defensoria Pública de Minas Gerais (c/defensoriamineira)

[Clique aqui para acessar o webinar no nosso canal.](#)

Treinamento para navegação e consultas na Revista dos Tribunais Online

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu no dia 22/1 o “Treinamento Revista dos Tribunais”, oferecido pela plataforma Microsoft Teams. A capacitação teve como objetivo orientar todos os usuários do Gerais, o novo sistema de gerenciamento institucional da DPMG, a navegar e consultar a publicação eletrônica “Revista dos Tribunais Online”.

A Revista dos Tribunais Online é uma plataforma de pesquisa jurídica, contendo mais de 1 milhão de relacionamentos entre doutrina (textos, periódicos, coleções,

pareceres), legislação (mais de 50 mil documentos com atualização diária), jurisprudência (busca em todos os tribunais), súmulas (STF, STJ, TST, agências reguladoras e órgãos da administração pública) e notícias em tempo real, oferecendo diversas ferramentas que contribuem para o dia a dia do usuário. Entre algumas das funcionalidades destacam-se: comparador de legislação; possibilidade de salvar, imprimir e enviar documentos por e-mail; pesquisa por palavras-chave, frases ou perguntas; índice de revistas; dicas e uso de vídeos tutoriais.

ESDEP-MG INFORMA

Chamada de artigos para revista do Defensoria Pública de São Paulo

A Escola da Defensoria Pública de São Paulo abre o prazo para envio de artigos para o próximo número da Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujo tema será sobre os “Conflitos fundiários, direito à cidade e à mo-

radia: reflexões a partir dos 20 anos do Estatuto da Cidade”. Os artigos deverão ser enviados pelo site da revista até 15/3/2021.

[Para mais orientações, clique aqui](#)

